

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"Júlio de Mesquita Filho"  
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DE BOTUCATU

CONHECIMENTOS E ATITUDES SOBRE O  
ATENDIMENTO AO PACIENTE TRANSGÊNERO EM  
LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA

**GABRIELLY DE SOUZA MELO BENEDITO**

**PROF<sup>a</sup> ASSOCIADA ADRIANA POLACHINI DO VALLE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Biociências, Campus de  
Botucatu, UNESP, para obtenção de Bacharel em  
Ciências Biomédicas.

**BOTUCATU- SP**

**2023**

B463c

Benedito, Gabrielly de Souza Melo

Conhecimentos e atitudes sobre o atendimento ao paciente transgênero em laboratórios de patologia clínica / Gabrielly de Souza Melo Benedito. -- Botucatu, 2023  
19 p. : il., tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Biomédicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Botucatu  
Orientadora: Adriana Polachini do Valle

1. Transgênero. 2. Técnicas de laboratório clínico. 3. Disforia de gênero. 4. Afirmação de gênero. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Botucatu. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	METODOLOGIA.....	8
3.	RESULTADOS .....	9
3.1.	Perfil dos laboratórios entrevistados .....	9
3.2.	Questionário sobre conhecimentos e atitudes dos profissionais que atuam em laboratórios de análises clínicas no atendimento aos trans. ....	9
4.	DISCUSSÃO.....	12
4.1.	Discussão das respostas segundo as Fases dos exames laboratoriais.....	12
4.1.1.	Fase pré-analítica.....	13
4.1.2.	Fase pós-analítica .....	14
5.	CONCLUSÃO.....	16
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	17

## RESUMO

As pessoas transgêneros são as que não se identificam com o sexo biológico atribuído a elas no nascimento, essa discordância é chamada de disforia de gênero. Alguns indivíduos buscam a afirmação de gênero através de um conjunto de medidas e tratamentos para afirmar fenotipicamente o gênero que a pessoa se identifica. O laboratório de patologia clínica tem um papel muito importante no auxílio do tratamento da afirmação de gênero desses pacientes, já que é onde os exames periódicos e de controle hormonal são feitos. E por esse motivo algumas atitudes em relação ao paciente transgênero deve ser tomadas no laboratório de patologia clínica. O principal objetivo do trabalho é avaliar os conhecimentos e atitudes relativos ao atendimento aos indivíduos transgêneros em laboratórios de patologia clínica. A metodologia adotada baseia-se em um estudo transversal com amostra por conveniência, através da aplicação de um questionário eletrônico, com perguntas sobre o perfil de laboratórios de patologia clínica e também sobre os conhecimentos e atitudes do atendimento à pacientes transgêneros. Mediante a análise das respostas do questionário, observou-se que existe uma iniciativa de alguns laboratórios para evitar a discriminação de pacientes transexuais nesse ambiente, porém mesmo com a visibilidade do tema e importância do assunto, ainda não existe uma unanimidade sobre o atendimento desses pacientes em laboratórios de patologia clínica, sendo necessário mudanças nos serviços de saúde para um atendimento igualitário para todas as pessoas.

## 1. INTRODUÇÃO

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. No texto constitucional a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médico sanitária. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, a Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social e esta conquista representa o compromisso e a responsabilidade do Estado com o bem-estar da população (BRASIL, 1988, art. 194).

No entanto, a garantia de acesso universal e igualitário ainda se constitui um desafio em diferentes cenários, para os diversos sujeitos que demandam por atendimentos de saúde em suas especificidades. Dentre aqueles que enfrentam cotidianamente os desafios de acesso e a garantia de promoção, proteção e recuperação de sua saúde, encontra-se a população trans – transexuais, travestis e transgêneros.

Os indivíduos transgênero não se identificam com o sexo biológico designado ao nascimento e alguns dentre eles buscam assistência médica para intervenções que visam afirmar fenotipicamente o gênero de identidade.

Estas intervenções incluem desde tratamentos estéticos e hormonais até cirurgias de adequação ao gênero. É importante destacarmos que a terminologia “transgênero” abrange a transexualidade, a travestilidade e outras expressões identitárias e o eventual diagnóstico clínico não está diretamente relacionado aos recursos hormonais ou cirúrgicos utilizados para adequação ao fenótipo desejado. Recursos estes utilizados eventualmente para a promoção da saúde de pessoas transgênero que necessitam de tais mudanças corporais.

A nomenclatura para o espectro de identidades de gênero vem sofrendo mudanças ao longo dos anos. Vem ocorrendo uma evolução no sentido de reduzir a estigmatização desta condição clínica. A Associação Americana de Psiquiatria, no DSM III utilizava o termo “Transtorno de Identidade de gênero Tipo Transexual”. Mais tarde, no DSM IV, esse termo foi mudado para “Transtorno de Identidade de Gênero em adultos e adolescentes” e, por fim, no DSM V, passou-se a utilizar o termo “Disforia de Gênero” (DSM V, 2013).

No Código Internacional de Doenças (CID), em sua 10a. edição, o termo utilizado era “Transexualismo” (CID 10: F64.0), termo este considerado patologizante.

Na 11a. edição foi adotado o termo “Incongruência de Gênero”, o qual foi incluído do capítulo 17, que se refere a condições relacionadas à Saúde Sexual. Adicionalmente, caracterizou-se a incongruência de gênero em 3 diferentes CIDs, a saber: • HA60: Incongruência

de Gênero da adolescência ou do adulto, • HA61: Incongruência de Gênero da infância e • HA6Z: Incongruência de Gênero inespecífica.

Apesar de haver questionamentos quanto à presença da Incongruência de Gênero como diagnóstico em um guia voltado para doenças, a existência destes códigos é considerada importante para permitir a sua abordagem epidemiológica e médica. Embora não haja estudos epidemiológicos sobre a prevalência dessa população no Brasil, a prevalência global de transexualidade com disforia de gênero tem sido estimada em 4,6 em cada 100.000 mil pessoas, sendo maior para as mulheres trans (6,8:100 mil) do que os homens trans (2,6:100 mil). (Brasil, 2015)

O Sistema Único de Saúde conta com políticas direcionadas a este público, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) (Brasil, 2011) e, mais especificamente, o Processo Transexualizador do SUS, criado em 2008 e redefinido e ampliado em 2013 (Brasil, 2008).

Apesar da importante iniciativa do Ministério da Saúde em publicar Portarias e instituir serviços de saúde específicos a essa população, ela continua sendo apontada como a que mais enfrenta dificuldades para acessar os serviços de saúde, da atenção básica à alta complexidade, dentre toda a população LGBT (Coleman, 2012).

A este contexto se soma a escassez de profissionais de saúde com conhecimento sobre saúde LGBT capazes de oferecer atendimento culturalmente competente (WPATH, 2011).

A abordagem da transgeneridade inclui endocrinologistas, psiquiatras e psicólogos, e para reconhecimento destas condições são necessários testes laboratoriais específicos.

Os tratamentos voltados para a afirmação do gênero visam alinhar as características físicas à identidade de gênero e para tal são utilizados hormônios sexuais exógenos e anti-andrógenos.

Neste caso, o apoio do laboratório clínico é fundamental para o acompanhamento da segurança e da efetividade da terapia hormonal.

No caso dos homens transgênero (homens trans) realizam-se principalmente as dosagens séricas da Testosterona Total, do Hormônio Luteinizante (LH) e do Hormônio Folículo Estimulante (FSH) e no caso das mulheres transgênero (mulheres trans) as dosagens séricas de Testosterona Total, do Estradiol Total, Prolactina, do LH e do FSH, todas elas regularmente, durante o tratamento hormonal que se estende por toda a vida.

Adicionalmente, os pacientes podem necessitar de avaliações laboratoriais para alterações secundárias, tais como desequilíbrios metabólicos e eletrolíticos. E não deve ser esquecida a

necessidade de monitorização de outros riscos, comuns a todos, tais como os riscos de câncer e os riscos cardiovasculares (Trindade, 2019).

Assim sendo, avaliar os conhecimentos e atitudes das equipes que atuam em laboratórios clínicos pode contribuir positivamente para a qualidade do atendimento em saúde para esta população.

## 2. METODOLOGIA

Estudo transversal com amostra por conveniência, não probabilística, realizado nos estados de São Paulo e Minas Gerais entre abril e julho de 2022, com laboratórios de análises clínicas por meio de aplicação de questionário sobre conhecimentos e atitudes relativos ao atendimento a indivíduos transgêneros.

Os laboratórios Clínicos foram identificados através de lista telefônica e internet para obtenção de e-mail e/ou WhatsApp e selecionados aleatoriamente. A pesquisa foi então divulgada através de e-mail e WhatsApp para laboratórios clínicos públicos e privados dos estados de São Paulo e Minas Gerias.

O instrumento para coleta de dados foi elaborado em formato eletrônico, para acesso através de link, gerado por meio de uma ferramenta gratuita oferecida pelo Google: o Google Forms. Para a realização da pesquisa, desde os testes até a aplicação prática, o questionário ficou disponível para preenchimento no site do Google Forms no endereço web a seguir: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeAXXqo4zcg-m8cfFDdMsEfw2dgHpBtuPJ8fVIBaCga\\_umNqA/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeAXXqo4zcg-m8cfFDdMsEfw2dgHpBtuPJ8fVIBaCga_umNqA/viewform?usp=sf_link).

Foi elaborado questionário contendo três questões sobre as características do laboratório entrevistado e a atividade laboratorial realizada pelo respondente e dez questões sobre o atendimento ao indivíduo transexual contemplando as fases pré-analítica e pós analítica do exame laboratorial.

O referencial teórico para a elaboração das questões relativas ao atendimento laboratorial a transgêneros foi a publicação do Posicionamento conjunto das Sociedades científicas de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial; Endocrinologia e Metabologia e pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem sobre a Medicina Diagnóstica Inclusiva (Trindade, 2019).

As dimensões de conhecimentos e atitudes pesquisadas foram relativas ao conhecimento sobre a temática transgênero, treinamentos preventivos sobre preconceitos, conhecimento sobre uso do nome social em cadastros, oferecimento de dados hormonais pregressos nos laudos, disponibilização de valores de referência para ambos os sexos nos laudos de exames realizados pelo laboratório, independente do sexo do paciente e se os sanitários do laboratório apresentam sinalização indicando a possibilidade do uso de acordo com a identidade de gênero do paciente.

Foi utilizada a escala Likert para avaliação da escala de concordância sobre cada dimensão.

### 3. RESULTADOS

Foram incluídos na amostra 50 laboratórios clínicos situados nos estados de SP e MG através de contato prévio por meios eletrônicos, alguns laboratórios foram procurados pessoalmente pelos pesquisadores, no entanto, 60% deles não responderam ao questionário, diminuindo assim o número da amostra.

#### 3.1. Perfil dos laboratórios entrevistados

Participaram desta pesquisa 20 laboratórios sendo 13 (65%) privados e 7 (35%) públicos. Sobre a localização dos laboratórios, temos que, no estado de Minas Gerais (Itanhandu) obteve-se apenas uma resposta e no estado de São Paulo 19.

No estado de São Paulo, as respostas se dividiram entre o interior paulista (São Carlos, Bauru e Botucatu), São Paulo capital e região metropolitana (Mogi das Cruzes, Guarulhos e Suzano) e litoral (Santos) conforme ilustrado no Gráfico 1.

Quanto a atividade laboratorial realizada pelo respondente do questionário observou-se que 12 (60%) atuavam como supervisor do laboratório, 7 (35%) atuavam na equipe de análise e 1 (5%) pertencia à equipe de coleta.

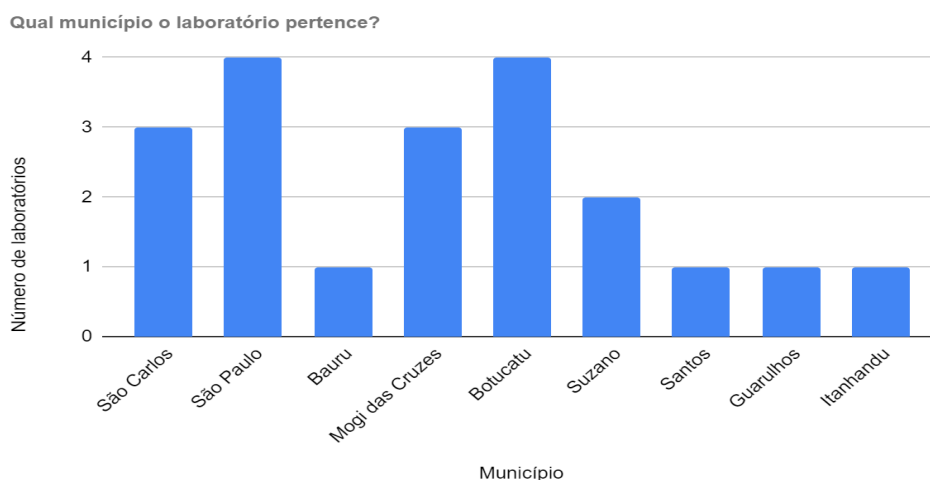


Gráfico 1. Distribuição dos laboratórios participantes e sua localização.

#### 3.2. Questionário sobre conhecimentos e atitudes dos profissionais que atuam em laboratórios de análises clínicas no atendimento aos trans.

Como item obrigatório para prosseguir com o questionário, a primeira parte do mesmo apresentou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (imagem 1), sendo que todos os laboratórios que responderam ao questionário concordaram com o Termo de Consentimento.

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O Laboratório de análises clínicas está sendo convidado a participar do preenchimento desse formulário que faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Conhecimento e atitudes sobre o atendimento ao paciente transgêneros em laboratórios de Patologia Clínica". A colaboração do laboratório neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se o laboratório não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo ao mesmo. Se concordar em participar basta preencher o formulário que contém algumas perguntas sobre a identificação do laboratório e sobre o atendimento de pessoas transexuais em laboratórios de análises clínicas.

Diante das explicações você acha que está suficientemente informado(a) a respeito do preenchimento deste formulário e concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador ?

Sim

Não

Imagem 1. Termo de consentimento utilizado no questionário.

O grau de concordância sobre os conhecimentos e atitudes dos profissionais que atuam em laboratórios de análises clínicas relativos ao atendimento aos indivíduos transgêneros está apresentado na tabela 1.

Dimensão pesquisada	Concordância (N e %)	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo Totalmente	Total
Equipe de atendimento recebeu treinamento sobre identidade de gênero		N: 6 30%	N: 4 20%	N: 3 15%	N: 4 20%	N: 3 15%	N: 20 100%
Equipe de atendimento recebeu treinamento sobre a discriminação à população LGBTQIA+		N: 7 35%	N: 7 35%	N: 0 -	N: 3 15%	N: 3 15%	N: 20 100%
Equipe de atendimento recebeu treinamento sobre o uso do nome social de transgêneros		N: 9 45%	N: 5 25%	N: 1 5%	N: 4 20%	N: 1 5%	N: 20 100%
O nome social dos pacientes transexuais é usado no atendimento		N: 8 40%	N: 9 45%	N: 1 5%	N: 2 10%	N: 0 -	N: 20 100%
O SIL permite a inserção do nome social sem, excluir o nome de registro civil do cadastro		N: 9 45%	N: 6 30%	N: 2 10%	N: 3 15%	N: 0 -	N: 20 100%

Nome social substitui o nome civil para identificação das amostras biológicas e rastreabilidade	N: 5 25%	N: 7 35%	N: 0 -	N: 6 30%	N: 2 10%	N: 20 100%
Existência de um monitoramento dos dados hormonais, como um histórico, dos pacientes transgênicos	N: 4 20%	N: 5 25%	N: 4 20%	N: 4 20%	N: 3 15%	N: 20 100%
Existe toailete com sinalização de neutralidade de gênero	N: 1 5%	N: 1 5%	N: 4 20%	N: 5 25%	N: 9 45%	N: 20 100%
Sanitários são sinalizados para ambos os sexos, porém há uma sinalização indicando a possibilidade do uso de acordo com a identidade de gênero do paciente	N: 1 5%	N: 1 5%	N: 2 10%	N: 9 45%	N: 7 35%	N: 20 100%
Os laudos são liberados com intervalos de referência para ambos os sexos, independente do sexo do paciente	N: 6 30%	N: 8 40%	N: 2 10%	N: 2 10%	N: 2 10%	N: 20 100%

Tabela 1. Conhecimentos e atitudes dos profissionais que atuam em laboratórios de análises clínicas relativos ao atendimento aos indivíduos transgêneros.

#### 4. DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar os conhecimentos e atitudes de profissionais que atuam em laboratórios clínicos a respeito do atendimento a indivíduos transgênero.

Para atingir este objetivo foi aplicado um questionário em formato eletrônico utilizando-se a ferramenta Google Forms e enviado aos participantes via WhatsApp e/ou e-mail obtendo-se a colaboração de apenas 20, dos 50 laboratórios clínicos convidados a participar da pesquisa.

A recusa em responder questionários é um evento comum e pode estar associado a alguns fatores tais como natureza do assunto, características da entrevista e do entrevistador, questões sensíveis, localização temporal e espacial.

Neste estudo, a baixa adesão dos laboratórios pode estar relacionada ao fato de tratar-se de assunto que carrega uma imensa carga de preconceitos e desconhecimentos sobre o assunto.

Em relação à questão da atividade laboratorial do respondente, observou-se que 60% dos entrevistados exerciam a função de supervisor de laboratório; essa porcentagem alta se deve ao fato de que ao receber o questionário, em geral, o laboratório informava que este seria enviado, a princípio, para o supervisor.

Quanto às outras atividades, 35% dos entrevistados corresponderam à equipe de análise (responsável pela análise do material coletado e liberação de laudos), e por fim, os outros 5% aos profissionais do setor de coleta (que realizam a coleta e identificação da amostra biológica).

Os profissionais que atuam na coleta e recepção laboratorial são os que entram em contato com o público e deveriam ser alvo principal de treinamento na questão do atendimento à população transexual e também importante respondedor para este estudo.

Quanto a localização espacial dos laboratórios incluídos no estudo, observou-se número menor de respostas na capital quando comparado ao interior do estado de São Paulo. Esse fato pode ter ocorrido devido ao fato de as pesquisadoras atuarem, seja na graduação ou como profissionais da área laboratorial, no interior do estado de São Paulo e terem maior contato com laboratórios locais/regionais.

Foi possível observar que o número de respostas de laboratórios particulares foi quase o dobro do número de respostas de laboratórios públicos, sendo esse resultado associado ao menor número de laboratórios clínicos ligados ao SUS quando comparado ao número de laboratórios privados, tanto em contexto nacional como estadual ou regional.

##### 4.1. Discussão das respostas segundo as Fases dos exames laboratoriais

A metodologia do laboratório de análises clínicas divide o processo em três fases: fase pré-analítica, fase analítica e fase pós-analítica. A fase pré-analítica ocorre antes da análise laboratorial, essa fase compreende: solicitação de exames, coleta, identificação, preparo,

armazenamento e transporte de amostras biológicas, além do atendimento, orientação, identificação e preparo do paciente.

A fase analítica envolve a etapa de análise do material biológico, sendo conduzida na área técnica do laboratório de modo manual ou através da automação.

O que acontece após o término da análise laboratorial é referente a fase pós-analítica, temos como exemplo a solicitação de coleta, discussão de resultados pela equipe e tudo que está relacionado ao laudo do paciente.

No questionário aplicado, pode-se dividir as questões apenas em fase pré-analítica e fase pós-analítica, pois na fase analítica não há nada específico para a transexualidade, a contribuição laboratorial nessa fase seria o uso de metodologias precisas e resultados adequados.

Em relação a fase pré-analítica temos questões relacionadas ao atendimento de pacientes transgênero, uso do nome social e sanitários com neutralidade de gênero. E na fase pós-analítica temos a pergunta relacionada ao monitoramento dos dados hormonais, e também a pergunta relacionada a liberação dos laudos com intervalos de referência para ambos os sexos.

#### **4.1.1. Fase pré-analítica**

No grupo de perguntas relacionadas ao treinamento e atendimento do laboratório a pacientes transgêneros, temos que metade dos laboratórios concorda ou concorda totalmente que recebeu treinamento adequado sobre os temas orientação sexual e identidade de gênero; e que 70% receberam treinamento adequado sobre não ter preconceito ou discriminação à população LGBTQIA+.

Este dado é relevante pois indica o início de um processo de melhor acolhimento para a população trans através da qualificação dos profissionais no universo laboratorial.

No grupo de perguntas relacionadas ao uso do nome social durante o atendimento do paciente transexual no laboratório, pôde-se observar respostas positivas com relação ao entendimento do usuário trans. Tendo que o uso do nome social e o treinamento sobre esse uso acontece na grande maioria dos laboratórios entrevistados e também que os sistemas de informação laboratorial utilizados permitem a inserção do nome social sem excluir o nome de registro civil do cadastro. Estes dados foram informados por 85% dos laboratórios incluídos no estudo, corroborando com o posicionamento conjunto das Sociedades científicas de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial; Endocrinologia e Metabologia e pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem sobre a Medicina Diagnóstica Inclusiva (Trindade, 2019).

Já em relação a substituição do nome civil pelo nome social para identificação e rastreabilidade das amostras biológicas e dos dados brutos, temos que 60% dos laboratórios

concorda ou concorda totalmente com essa substituição e 40% discordam ou discordam totalmente.

Este resultado indica desconhecimento das normas vigentes uma vez que o nome de registro civil de acordo com o sexo biológico (documento de identidade) poderá ser discordante da identidade de gênero do paciente e que a pessoa transexual ou travesti tem o direito de requerer o uso do nome social a qualquer tempo (Presidência da República – Casa Civil: Decreto no.8727 de 28 de abril de 2016)

Assim sendo é muito importante que os laboratórios clínicos realizem adequações de atendimento que contemple as necessidades e demandas do atendimento à população trans. Os funcionários de todos os setores laboratoriais devem receber treinamento para que nenhum tipo de discriminação ou isolamento ocorra.

No grupo de questões relacionadas ao uso das toaletes, temos que apenas 2 laboratórios concordavam ou concordavam totalmente com sinalização de neutralidade de gênero e com a possibilidade do uso da toaleta de acordo com a identidade de gênero do paciente.

É muito importante para esta população a possibilidade de escolher o ambiente sanitário adequado ao seu gênero de identificação. Tem se verificado certa tendência global para a adoção de toaletes de gênero neutro e inclusivos com sinalização apropriada. No entanto, a legislação brasileira vigente impõe aos laboratórios a adoção de sanitários separados para o público feminino e masculino devidamente sinalizados nos postos de coleta.

Esse tema ainda é considerado um tabu na sociedade, como é possível analisar nas respostas do questionário. A conscientização sobre o tema continua sendo uma das melhores alternativas para mudança de pensamento em relação a esse tabu.

#### **4.1.2. Fase pós-analítica**

Na pergunta relacionada aos dados hormonais dos pacientes transgêneros, 4 laboratórios são indiferentes a esse histórico e 7 são contrários a utilização desse monitoramento de dados. A utilização de um histórico dos dados hormonais do paciente transexual seria muito útil para a continuidade do tratamento do mesmo, podendo proporcionar para o médico uma visão ampla das mudanças que ocorreram e que poderão ocorrer hormonalmente com seu paciente.

Na maioria dos laboratórios (70%) os laudos são liberados com intervalos de referência para ambos os sexos, independente do sexo do paciente. Já os 6 laboratórios restantes são indiferentes ou desconcordam em algum grau com esse tipo de laudo, e liberam o resultado de acordo com o sexo do paciente. O artigo de Irwig M. S. (2021) sugere que os laboratórios forneçam intervalos de referência para ambos os sexos em laudos de pacientes transgêneros, aumentando assim a flexibilidade de interpretação dos resultados. Além disso, Gupta S., Imborek

K. L., Krasowski M. D. (2016) sugere pesquisas voltadas à exames laboratoriais de pacientes transgêneros para uma elaboração de intervalos de referência específicos para essa população.

## 5. CONCLUSÃO

Os indivíduos transgêneros são aqueles que não se identificam com o sexo atribuídos à eles no nascimento. Uma grande parte dessa população procura através de recursos hormonais e cirúrgicos uma forma de afirmar sua identidade de gênero. Por conta das intervenções hormonais, os laboratórios de patologia clínica são essenciais para o acompanhamento do tratamento. Mesmo com a garantia de acesso universal à saúde, a população transexual sofre com a discriminação e tratamento inadequado em serviços de saúde. Tendo em vista essa problemática, o presente trabalho teve como objetivo analisar os comportamentos e atitudes sobre o tratamento de pacientes transgêneros em laboratórios patologia clínica através da aplicação de um questionário.

Os resultados deste estudo mostraram, embora com uma amostra pouco representativa, que existe um movimento para início de uma trajetória na discriminação das pessoas trans no universo laboratorial, porém há um longo caminho a ser percorrido até que os laboratórios de análises clínicas, assim como outros serviços de saúde, realizem atendimento humanizado e livre de discriminação.

Assim sendo, mais estudos sobre saúde trans, ancorados nas proposições, contribuições e movimentos éticos, ainda se fazem necessários.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO PSIQUIAÁTRICA AMERICANA. (2013). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (5<sup>a</sup> ed . ). Arlington, VA.: American Psychiatric Publishing. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2022.
2. Almeida MSC, Sousa Filho LF, Rabelo PM, Santiago BM. **Classificação Internacional das Doenças - 11<sup>a</sup> revisão: da concepção à implementação**. Rev Saúde Pública. 2020; 54:104. Disponível em <https://scielosp.org/pdf/rsp/2020.v54/104/pt>. Acesso em: 18 de maio de 2022.
3. BRASIL. **Artigo nº 194, de 1988**. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Brasília, 30 jan. 1988. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/constituicaoof.nsf/0/4ddaf343a364a5010325675400672374>. Acesso em: 17 de maio de 2022.
4. BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, v. 48, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm). Acesso em: 20 de janeiro de 2023.
5. Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em: 22 de junho de 2022.
6. BRASIL. **Portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília, 18 ago. 2008. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 22 de maio de 2022.

7. BRASIL. **Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 19 nov. 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 19 de maio de 2022.
8. BRASIL. **Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, 1 dez. 2011. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html). Acesso em: 17 de maio de 2022.
9. Cheung AS, Lim HY, Cook T, et al. **Approach to Interpreting Common Laboratory Pathology Tests in Transgender Individuals**. J Clin Endocrinol Metab. 2021;106(3):893-901. Disponível em: doi:10.1210/clinem/dgaa546. Acesso em: 07 janeiro 2023.
10. COLEMAN E, et al. **Normas de atenção. à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero**. Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero. [Internet]. World Professional Association for Transgender Health – WPATH. 2012: 125. Disponível em: [https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7\\_Portuguese.pdf](https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf). Acesso em 01 de dezembro de 2022.
11. GUNTHER, H. (2003). **Como Elaborar um Questionário** (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. Disponível em: [www.ic.unicamp.br/~wainer/cursos/2s2006/epistemico/01Questionario.pdf](http://www.ic.unicamp.br/~wainer/cursos/2s2006/epistemico/01Questionario.pdf) Acesso em: 25 de setembro de 2022.
12. Irwig MS. **Which reference range should we use for transgender and gender diverse patients?**. J Clin Endocrinol Metab. 2021;106(3):e1479-e1480. Disponível em: <https://doi.org/10.1210/clinem/dgaa671>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.
13. MELLO, L., BRITO, W., & MAROJA, D. (2012). **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFgWsW9c5w8mnw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de agosto 2022.
14. MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de and PEDROSA, Cláudio. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade**. Sex, Salud

Soc. (Rio J.) [online]. 2011, n.9, pp.7- 28. ISSN 1984-6487. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>. Acesso em: 17 de maio 2022.

15. São Paulo (SP). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. **“Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo”**, Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, 2020. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo\\_Saude\\_de\\_Transexuais\\_e\\_Travestis\\_SMS\\_Sao\\_Paulo\\_3\\_de\\_Julho\\_2020.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2022.

16. Sarika Gupta, Katherine L. Imborek, Matthew D. Krasowski. **Challenges in Transgender Healthcare: The Pathology Perspective**, Laboratory Medicine, Volume 47, Issue 3, August 2016, Pages 180–188. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/labmed/lmw020>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

17. SOUZA, Marcia dos Santos. **Qualidade da comunicação da equipe de saúde no atendimento à população de Travestis e Transexuais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde da Comunicação Humana) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, [S. l.].

18. TRINDADE, Caio de Azevedo et al. **Posicionamento Conjunto Medicina Diagnóstica inclusiva: cuidando de pacientes transgênero**. Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/ Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia/ Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. 2019. Disponível em: [https://www.endocrino.org.br/media/pdfs\\_documentos/posicionamento\\_trangenero\\_sbem\\_sbpc\\_ml\\_cbr.pdf](https://www.endocrino.org.br/media/pdfs_documentos/posicionamento_trangenero_sbem_sbpc_ml_cbr.pdf). Acesso em: 15 de maio de 2022.

19. VIEIRA, R. C.; TEIXEIRA, D. S.; BORRET, R.; ORNELAS, D.; SARNO, M. M.; JUNIOR, A. L. **Atenção Primária à Saúde quebrando tabus: Memorial do I Seminário de Sexualidade e Diversidade da SBMFC**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v.14, n. 41, p. 1821, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1821. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1821>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

20. WELLS, R. H. C. et al. **CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde..** São Paulo: EDUSP. Disponível em: <http://datasus1.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/cadastros-nacionais/cid-10>. Acesso em: 17 de junho de 2022.